



Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1674 | 19 A 24 DE JULHO DE 2021



Encontro Estadual dos Bancários 2021

22 DE JULHO
(QUINTA-FEIRA)
ÀS 18H

Através da Plataforma



Os bancários cearenses vão debater prioridades e desafios da categoria para 2021 **(pág. 3)**

Cassi Essencial põe em risco todo o plano de saúde dos funcionários do Banco do Brasil **(pág. 4)**

Nota técnica do Ministério da Saúde autoriza vacinação dos bancários em todo o país **(pág. 7)**

ARTIGO

REFORMA TRIBUTÁRIA PODE ACABAR COM VALE-REFEIÇÃO E VALE-ALIMENTAÇÃO

A proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro pode comprometer mais direitos conquistados por várias categorias, inclusive a dos bancários. A equipe econômica do governo Bolsonaro embutiu na proposta de reforma Tributária um item que pode acabar com os vales alimentação e refeição de 22,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A ideia dos técnicos é acabar com os subsídios que 280 mil empresas recebem para manter os vales.

Hoje, as empresas podem deduzir o valor destinado ao benefício. Para isso, elas devem aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador – criado na década de 1970 para incentivar empresas a destinarem recursos à alimentação dos empregados. Pela proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro, as empresas que concedem esses benefícios deverão deixar de abater a despesa no Imposto de Renda. A proposta de acabar com os incentivos fiscais partiu do governo federal, que incentivou o relator da reforma, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), a incluir o texto no projeto original, praticamente acabando com a complementação salarial dos trabalhadores. Na iniciativa privada, entre as mais afetadas estão as empresas intermediadoras desses benefícios —que devem ver menos interesse das companhias em pagar esses auxílios.

Na verdade, esse é mais um ataque perverso aos nossos direitos que teremos que resistir. A categoria bancária, por exemplo, conquistou o benefício do vale-refeição e do vale-alimentação com muita luta. Esse governo negocia aliviar o imposto sobre dividendos para atender aos mais ricos, para as grandes empresas e quer enviar a conta para os trabalhadores.

Sem a isenção fiscal, a tendência é que os empresários desistam desses benefícios. Essa proposta mostra bem que o governo Bolsonaro, seus ministros e toda a equipe de governo aplicam, cada vez mais, políticas contra a classe trabalhadora. Por isso, não basta apenas tirar Bolsonaro, temos de mudar a política de governo e a linha neoliberal de Paulo Guedes. Temos de pressionar deputados e senadores e denunciar nas ruas mais essa tentativa de retirada de nossos direitos.

Acabar com os vales refeição e alimentação é um crime, é o mesmo que diminuir os salários, pois esses benefícios são considerados salários indiretos e compõem uma parte fundamental da renda do trabalhador. E isso quando a inflação está disparada e corroendo o poder de compra da classe trabalhadora. Num momento em que a fome atinge milhões de brasileiros, Bolsonaro só pensa em retirar renda do trabalhador, aumentando a miséria do povo.

Contrariando suas promessas na campanha presidencial de 2018, quando disse que diminuiria a alíquota sobre o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de quem tinha rendimento de até R\$ 5 mil, Bolsonaro, propõe agora, na reforma Tributária, a mudança da cobrança IR da faixa de isenção dos atuais R\$ 1.900 para apenas R\$ 2.500; aumenta as desonerações das empresas, o que deve provocar um rombo de R\$ 30 bilhões ao ano nos cofres da União, segundo analistas econômicos; e para diminuir os prejuízos joga a conta nas costas da classe trabalhadora.

É fundamental que não só a categoria bancária se mobilize para barrar esses ataques aos direitos conquistados, mas que toda a sociedade tome consciência da importância de se mudar os rumos do país. Precisamos nos levantar e nos mobilizar contra essa política neoliberal que aumenta cada vez mais a miséria da população. Temos de mostrar que somos contra esse governo e que queremos outra forma de se administrar o país, com justiça social e dignidade para todos. #EstamosNessaLutaComVocê.



Carlos Eduardo,
Presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101



bancariosce

Site: www.bancariosce.org.br – E-mail: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone: (85) 3252 4266 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60.020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Diretor de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho
Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

ENCONTRO ESTADUAL DOS BANCÁRIOS ACONTECE DIA 22/7, DE FORMA VIRTUAL

No próximo dia 22/7, os bancários cearenses irão se reunir, através da plataforma Zoom, para debater os desafios e prioridades da categoria para o ano de 2021 no Encontro Estadual dos Bancários. O evento acontece a partir das 18h, totalmente virtual, devido a pandemia da Covid-19.

Durante o Encontro serão abordadas a conjuntura política e econômica nacional, com ênfase para os desafios da classe trabalhadora, especificamente, a categoria bancária. Serão pautas ainda a defesa dos bancos públicos, emprego, defesa da democracia e saúde no pós-COVID.

Ao final do Encontro, serão eleitos os delegados para os congressos nacionais de funcionários do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil, além dos delegados para a Conferência Regional da Fetrafi/NE.

Os bancários podem se inscrever previamente para participar do Encontro através do e-mail bancariosce@bancariosce.org.br ou através do link <https://bit.ly/3ijAELz>.

Participe!
Nossa unidade é
a nossa força!



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará (SINTRAFI-CE), também denominado Sindicato dos Bancários do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48 e Registro Sindical MTIC nº 208.327-59, por seu presidente, abaixo nominado, convoca todos os seus associados, empregados em empresas do ramo financeiro, da sua base territorial, na forma do estatuto vigente, para o ENCONTRO ESTADUAL DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ, que se realizará no, dia 22 de julho de 2021 em primeira convocação a partir das 18:00h e em segunda convocação as 18:30h, o evento acontecerá através de videoconferência, debate sobre a atual conjuntura política e econômica do País, abordando os desafios da classe trabalhadora, especificamente a categoria bancária, neste ano. Em seguida, haverá a contribuição da diretoria do Sindicato para o debate para após, analisar-se as contribuições enviadas pelos bancários e que surgirem durante os debates. Por fim, serão eleitos os delegados os congressos de funcionários do Banco do Brasil, Caixa e Banco do Nordeste do Brasil e, também, para a Conferência Regional da Fetrafi/NE, que ocorrerá através de videoconferência. Lembramos que só poderão enviar as contribuições, votar e ser eleito delegado para qualquer um dos congressos quem se inscrever através do e-mail: bancariosce@bancariosce.org.br, e ainda através de link que será disponibilizado na página eletrônica www.bancariosce.org.br.

Fortaleza-CE, 19 de julho de 2021.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

CASSI ESSENCIAL É CAVALO DE TROIA E PÕE EM RISCO TODA A CASSI

Enfraquecimento da Cassi, redução do número de credenciados, falta de transparência e mais atenção aos interesses do banco do que aos interesses dos funcionários do Banco do Brasil. Estes são alguns dos resultados da implantação do novo plano de saúde criado pelos diretores da Caixa de Assistência dos funcionários do Banco do Brasil, chamado de "Cassi Essencial". O alerta é das entidades sindicais e representativas dos trabalhadores do BB.

O plano foi criado por diretores e conselheiros eleitos e indicados pelo banco na Cassi. Parece que todos se subordinam aos interesses do banco e se esquecem de defender os interesses dos associados. O Cassi Essencial foi criado sob o argumento de atrair os participantes que cancelaram o Plano Cassi Família e desejam um plano mais barato. Mas não é isso que fica evidente ao analisar o novo produto. O plano foi criado não apenas para atrair ex-funcionários e parentes por consanguinidade e afinidade dos funcionários do BB. Os funcionários do BB e da Cassi, aposentados e pensionistas e funcionários oriundos dos bancos incorporados também poderão aderir ao novo plano.

Os sindicatos e entidades que representam os funcionários do banco denunciam que, por se tratar de um plano de mercado, o trabalhador que



aderir ao Cassi Essencial não contará com o patrocínio do banco e com as contribuições patronais. Portanto, se mais funcionários forem atraídos para o novo produto, haverá redução do número de participantes nos planos de Associados e Cassi Família, colocando em risco todo o sistema de solidariedade da Cassi.

Em outras palavras, os diretores da Cassi criaram um produto para ajudar o banco e enfraquecer a Cassi. Uma autofagia explícita. O Cassi Essencial ajudará o banco, que poderá forçar funcionários a migrar para este plano e, assim, poderá fugir do patrocínio e reduzir suas despesas com a saúde dos funcionários. A migração de participantes do Cassi Família para o

novo plano poderá inviabilizar o Cassi Família, encarecendo suas mensalidades – pela relação contratual, a Cassi deve manter os planos ativos enquanto houver participantes.

“A adesão de funcionários [ao Cassi Essencial] desconfigura o Plano Associados, que é um plano solidário, onde os entrantes ajudam a custear os mais velhos e o banco é obrigado a custear parte das despesas. Já o Cassi Essencial, na prática, é um plano de mercado”, explica o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. “O que os diretores da Cassi estão propondo com

o plano Cassi Essencial é irregular, desobedece ao estatuto da entidade. Além disso, configura crime de responsabilidade com o futuro da Cassi, uma vez que deixaria de ter novos entrantes”, pondera Fukunaga.

MENOS CREDENCIADOS, MAIS COPARTICIPAÇÃO

– A rede de credenciados do Cassi Essencial, principalmente nos grandes centros, é bem menor que a rede dos demais planos, criando dificuldades para o atendimento aos participantes. O valor pago em coparticipação em exames, consultas e procedimentos neste plano também é maior que nos outros, e pode não compensar a redução das contribuições mensais.

DEPUTADOS APROVAM PDC 956 QUE SUSPENDE EFEITOS DA CGPAR 23

A Câmara dos Deputados aprovou dia 13/7 o Projeto de Decreto Legislativo 956/18, da deputada Erika Kokay (PT-DF), que suspende os efeitos da Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). Foram 365 votos favoráveis e 39 contrários. O texto aprovado segue agora para o Senado.

“A aprovação foi muito importante para os trabalhadores. Agora, a pressão é sobre o Senado. Vamos nos mobilizar para conseguir a aprovação também pelos senadores”, afirmou o secretário de Relações de Trabalho e responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento da tramitação dos projetos de interesses da categoria no Congresso Nacional, Jeferson Meira, o Jefão.

FIM DOS ‘SUPERSALÁRIOS’ – Em votação histórica também no dia 13/7, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de Lei, com origem no Senado, que combate os supersalários do funcionalismo público. O texto regulamenta quais tipos de pagamentos são autorizados a ficar de fora do teto do funcionalismo público, que é o valor do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (mais de R\$ 39 mil). As regras valem para servidores civis e militares, da magistratura e detentores de mandato. O projeto sofreu alterações, portanto retorna ao Senado antes de virar lei. As regras se aplicam aos agentes públicos de todas as esferas de governo (federal, estadual, distrital e municipal) e a todas as esferas de Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Também inclui: Ministério Público; Defensoria Pública; contratados temporários; empregados e dirigentes de empresas públicas que recebem recursos dos governos (dependentes) para pagar salários e custeio; militares; policiais militares e aposentados e pensionistas.



EMPREGADOS FAZEM ABAIXO-ASSINADO POR MANUTENÇÃO DE MODELO DE CUSTEIO DO SAÚDE CAIXA

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e o Grupo de Trabalho (GT) Saúde Caixa lançaram, dia 13/7, um abaixo-assinado para os empregados e usuários do plano de assistência à saúde expressarem apoio à manutenção de um modelo de custeio economicamente sustentável e financeiramente viável para o Saúde Caixa.

Para participar do abaixo-assinado, acesse: <https://bit.ly/2UMFIW6>.

Desde 2017, o Saúde Caixa, concebido com a ideia de custeio de 70% da empresa e 30% do empregado, vem sofrendo ataques, como mudanças no Estatuto da Caixa para limitar o investimento em saúde, tentativas de impor a resoluções como a 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), entre outras ações dos governos para enfraquecer os planos de autogestão das estatais. Recentemente, representantes da Caixa informaram, em reunião do GT, que a gestão Pedro Guimarães pretende aplicar a Resolução 23 da

CGPAR nas propostas de modelos de custeio do plano. Na prática, significa que 50% dos custos assistenciais e administrativos serão financiados pela empresa e os outros 50%, pelos empregados, alterando o formato atual de 70%/30%.

“Entendemos que as limitações para o custeio do plano pela empresa, em especial a prevista pela resolução 23 da CGPAR, comprometem a manutenção de um modelo de custeio que seja acessível a todos os empregados, como ocorre atualmente”, afirmou Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da CEE da Caixa e do GT Saúde Caixa e secretária da Cultura da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Projeções realizadas na última negociação coletiva, de 2020, indicam que a aplicação deste limitador irá elevar as mensalidades dos usuários a níveis que seriam impraticáveis para milhares de empregados da ativa e aposentados, tirando-lhes a assistência de um plano de saúde ainda mais neste momento sanitário delicado pelo qual atravessa nosso país.

FUNCIONÁRIOS FAZEM CAMPANHA DE MÍDIA PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO BRADESCO

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) lançaram no último dia 13/7 a Campanha pela valorização dos trabalhadores do Bradesco #QueVergonhaBradesco.

O objetivo é parar com as demissões que vem ocorrendo no banco nos últimos meses, encerrar a pressão de metas abusivas aos bancários que continuam nas agências e garantir mais respeito e melhores condições de trabalho.

Toda quinta-feira, às 11h, bancários, dirigentes e entidades sindicais devem postar nas redes sociais a arte e o texto específico daquela semana. O ideal é que esta postagem seja em compartilhamento à postagem feita pela Contraf-CUT, num trabalho de comunicação em rede. Isso faz com que os aplicativos de redes social (Twitter, Facebook, Instagram...) perceba a postagem como relevante e a distribua para mais pessoas além do que normalmente distribui, é o "famoso" algoritmo. Para isso, também contam os comentários e reações.

Mas, tanto as artes, quanto seus respectivos textos estão disponíveis no link <https://we.tl/t-J3HhiYPF1F>, para quem quiser postar diretamente em seus perfis. Sempre usando a hashtag #QueVergonhaBradesco. É importante seguir a numeração das artes/textos, para que haja postagens semanais e a mensagem da semana seja absorvida pelo banco. O link para baixar as artes estará disponível somente até o dia 30/7.

"É muito importante o engajamento de todos para mostrarmos ao Bradesco nossa força e unidade pela valorização do funcionalismo", afirma o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Telmo Nunes.



COE BRADESCO COBRA ESCLARECIMENTOS SOBRE DENÚNCIAS DE FUNCIONÁRIOS

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com a direção do banco, dia 14/7, para cobrar esclarecimentos sobre denúncias que os sindicatos dos bancários de todo o Brasil têm recebido de investigações em movimentações financeiras dos funcionários.

O Bradesco explicou que são duas situações diferentes. As normas do banco proibem que o funcionário pague um boleto próprio, com a conta de um terceiro, mesmo que seja parente, sem o documento de autorização assinado pelo terceiro para o funcionário movimentar sua conta.

A segunda situação é sobre o pedido de esclarecimento quando um boleto no nome do funcionário é pago por um terceiro. Neste caso, o banco admitiu que a comunicação dos gestores na hora de pedir o esclarecimento pode estar sendo feito de forma equivocada. Por isso, o Bradesco assumiu o compromisso de reorientar os gestores na explicação.

"Nós precisamos ficar de olho neste tipo de monitoramento do CPF dos funcionários. Isso não pode ultrapassar os limites. A própria LGPD protege os dados de todo brasileiro. Temos que tomar cuidado com qualquer tipo de

invasão de privacidade", afirmou Magaly Fagundes, coordenadora da COE Bradesco.

Na reunião, também foi abordado o código de ética para os funcionários operarem na bolsa. O banco reforçou que o Day Trade é proibido e pode ser punido com demissão. "Apesar de termos recebido denúncias de bancários que foram pressionados por seus gestores de concentrar seus investimentos na Ágora, o banco negou essa orientação. Caso alguém passe por esta situação, procure o seu sindicato", orientou Erica de Oliveira, integrante da COE Bradesco.

MINISTÉRIO DA SAÚDE AUTORIZA VACINAÇÃO DE BANCÁRIOS

O Ministério da Saúde divulgou dia 15/7 uma nota técnica que confirma a inclusão de bancários e trabalhadores dos Correios na lista de grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19. Com a publicação da nota, secretarias de saúde de Estados e Municípios já podem iniciar a vacinação das duas categorias. Na nota técnica, o Ministério da Saúde orienta que sejam destinados aos bancários e trabalhadores dos Correios 20% do total de doses de vacinas distribuídas às unidades da Federação.

No último dia 6/7, o Ministério da Saúde informou a inclusão da categoria bancária entre as prioridades do PNI contra a Covid-19. Na ocasião, o Ministério informou que a nota técnica seria divulgada até o final daquela semana, o que só acabou acontecendo no dia 15.

SECRETARIA DE SAÚDE – No mesmo dia, o Sindicato dos Bancários do Ceará enviou um ofício ao Secretá-



rio de Saúde do Estado, Dr. Cabeto, solicitando uma reunião para discutir os encaminhamentos da vacinação da categoria bancária.

“A 28ª nota técnica do Ministério da Saúde é o resultado incansável

de todos os sindicatos do país, que desde o início da pandemia lutavam pela vacinação da categoria bancária. Lutar sempre vale a pena!”, avalia o Secretário de Saúde do Sindicato, Eugênio Silva.

COE ITAÚ QUER NEGOCIAÇÃO SOBRE CAMPANHA “VAMO PRO JOGO”

A Comissão de Organização dos Empregados do Itaú (COE Itaú) cobra do banco uma negociação sobre a campanha “Vamo pro Jogo”, um jogo de incentivo criado para aumentar e estimular as vendas de produtos. Este programa compõe o programa de remuneração variável GERA.

Jair Alves, coordenador da COE, explica que, na campanha, os funcionários são premiados a partir dos 900 pontos. “Os bancários

estão tendo muita dificuldade para bater as metas do GERA de 1000 e 1100. Por isso inventaram esta ferramenta, mas sem nenhum tipo de comunicação ou negociação prévia”, explica.

Para Jair, o banco está desesperado por resultados e está mudando a toda hora os programas de vendas. Isso acarreta muitos adoecimentos nos trabalhadores, pela excessiva cobrança de resultado. “Os funcionários estão nos relatando que está

uma bagunça. Toda hora tem mudança nas grades de vendas. A COE e Contraf-CUT já estão negociando com o banco um novo programa de remuneração variável, que é o GERA. O objetivo é deixar de forma transparente a todos funcionários as maneiras de pagamento dentro do programa, que seja mais justa. Entretanto, com mudanças a toda hora, sem negociações, não temos como apoiar essa medida”, conclui o coordenador.

INSCRIÇÕES PARA DELEGADOS SINDICAIS DE BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS PROSSEGUE ATÉ 30/7

Até o próximo dia 30 de julho estão abertas as inscrições para a eleição de delegados sindicais do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e bancos privados. As eleições acontecem de 16 a 20 de agosto.

Os interessados devem enviar e-mail para bancariosce@bancariosce.org.br, com o assunto ELEIÇÃO DELEGADO SINDICAL, informando no pedido de inscrição: nome do candidato, RG, CPF, banco/local de trabalho (prefixo/nome da unidade), matrícula funcional, telefones, whatsapp e e-mail. As inscrições podem ser feitas ainda pessoalmente, na secretaria de Ação Sindical (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), no horário de 10h às 15h. Ao receber o pedido de inscrição, via e-mail, será emitido pela Secretaria de Ação Sindical e-mail confirmando a respectiva inscrição até o dia seguinte. Caso o bancário não receba, deve entrar em contato pelo telefone 85 3252 4266.

Para candidatar-se a delegado sindical e para votar é necessário ser filiado ao Sindicato.



O delegado sindical é o elo entre o Sindicato e a base, representando a entidade dentro de cada unidade bancária e, perante o Sindicato, os interesses de seu local de trabalho. Ele deve manter sua base informada e mobilizada, participando das atividades, reproduzindo em sua unidade, por meio de reuniões, debates e distribuição de materiais, as informações sobre

as campanhas e ações do Sindicato. Ao mesmo tempo deve estar sempre atento às demandas dos colegas para repassá-las à direção da entidade. Ele é a referência no local para conscientizar os trabalhadores e atuarem junto ao Sindicato na manutenção e ampliação das conquistas e de melhores condições de trabalho, bem como para incentivar a sindicalização.

Material médico para a Presidência

A Secretaria-Geral lançou dia 12/7 um edital para comprar “de material médico hospitalar” para a Presidência da República. A informação é do jornalista Lauro Jardim, em sua coluna no jornal O Globo. As compras vão de “luvas para procedimentos não cirúrgicos” (2,5 mil unidades) a seringas (12,5 mil unidades), passando por bisturis (2,6 mil unidades) e fraldas para adultos “com abas antivazamento” e algodão apropriado para não se desfazer “quando molhado” (224 unidades).

Uso indevido de verbas contra a Covid

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), do qual o jornal O Globo teve acesso, mostra que as Forças Armadas usaram de forma indevida R\$ 4,1 milhões dos recursos destinados a ações de combate à Covid-19 para outros fins. Esse valor teria sido gasto na reforma de imóveis, compra de micro-ônibus e aquisição de itens como mochila, porta-celular, coletes e bandeiras. O relatório aponta ainda que outros R\$ 9,6 milhões possuem “pendência de comprovação de sua correlação com ações de combate ao coronavírus”.

“kit covid” é ineficaz

O Ministério da Saúde admitiu em documentos enviados à CPI da Covid na semana passada que medicamentos que compõem o chamado “kit covid”, amplamente defendidos por Bolsonaro, são ineficazes contra o vírus. “Alguns medicamentos foram testados e não mostraram benefícios clínicos na população de pacientes hospitalizados, não devendo ser utilizados, sendo eles: hidróxicloroquina ou cloroquina, azitromicina, lopinavir/ritonavir, colchicina e plasma convalescente. A ivermectina e a associação de casirivimabe + imdevimabe não possuem evidência que justifiquem seu uso em pacientes hospitalizados, não devendo ser utilizados nessa população”, diz documento. Os medicamentos foram defendidos por apoiadores do governo e indicados pelo aplicativo do Ministério da Saúde, TrateCov.